



VALORES E COMPORTAMENTO ECOLÓGICO: DIMENSÕES PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM PARQUES URBANOS

Danielle Abud Pereira¹ e Claudia Pato²

RESUMO

Este estudo tem por objetivo investigar os valores e o comportamento ecológico de usuários de um parque público, no Distrito Federal e articular a educação ambiental como elemento mediador para proteção de ambientes naturais. Os resultados, desta pesquisa multimétodos, reforçam a cultura coletivista brasileira e sugerem a predominância do cuidado consigo mesmo e com o outro mais próximo. Valores e comportamentos ecológicos contribuem para releitura da paisagem como meio de encontrar no ambiente as respostas para uma educação que reforça a construção de uma cidadania, fundada em princípios éticos e no engajamento dos sujeitos para um presente e futuro sustentáveis.

Palavras-chave: valores pessoais, comportamento ecológico, educação ambiental, parque ecológico

ABSTRACT

The aim of this study is to investigate the values and ecological behavior of the users of an urban public park, in the Federal District and to articulate environmental education as a mediating element for protection and conservation of natural environments. The results, of this multi-method research reinforce the Brazilian collectivist culture and suggest the predominance of self-care and the care for the others. Undoubtedly, ecological values and behaviors contribute to a reinterpretation of the landscape as a way to find in the environment answers for an education that reinforces the construction of a citizenship that has as its basis ethical principles and the engagement of individuals for an equally sustainable present.

Keywords: personal values, ecological behavior, environmental education, ecological park

¹ Mestre e Doutoranda em Educação pela Universidade de Brasília. Com atuação em Educação Ambiental.

² Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília – UnB, professora da Faculdade de Educação da UnB com atuação em Educação Ambiental e Psicologia Ambiental.

INTRODUÇÃO

Os parques urbanos atualmente integram a categoria de áreas verdes, regulado como domínio público no art. 8º, § 1º, da Resolução CONAMA Nº 369/2006, estes espaços têm por finalidade desempenhar função ecológica, paisagística, recreativa e educativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade. Essa classificação consolida uma perspectiva que se molda a partir da década de 1980, com a convergência de interesses sociais e ecológicos, notadamente pela necessidade de lazer nos centros urbanos, e mais recentemente pela condição de impacto na saúde e bem-estar dos indivíduos.

Considerados estratégicos para qualidade de vida das pessoas segundo Kaplan (1983); Cardoso *et al.* (2015), os parques no Brasil têm acompanhado as transformações urbanísticas das cidades e se tornado, de acordo com Macedo e Sakata (2011), testemunhos importantes dos valores sociais e culturais das populações urbanas. Em diferentes contextos, os parques representam elementos codificadores da importância da questão ambiental nas cidades. Por essa razão, tanto os valores quanto o comportamento ecológico de seus usuários podem aglutinar diferentes significados no tocante ao seu entorno e as influências determinadas na visão bidirecional, da relação pessoa-ambiente.

Assim, ao eleger um parque para realização de atividades educativas, para lazer contemplativo, entre outros, estamos ocupando um espaço, transformando as relações de uso, tornando esse ambiente uma dimensão da nossa inter-relação com o mundo (KUHNNEN, 2011, p.258). Nesse sentido, estamos expressando as nossas motivações, os nossos valores – determinando as atitudes e favorecendo processos formativos, que podem contribuir para explicar os comportamentos que nos unem ou nos distanciam do interesse pelas questões ambientais.

A Educação Ambiental – EA, nesse contexto, articula os diferentes interesses de forma a contribuir para uma nova ética nas relações humanas, capaz de reforçar os vínculos e despertar motivações que integram posturas mais favoráveis à questão ambiental, sobretudo no contexto urbano, lugar em que as novas tendências prosperam. Para além dessa relação de mediação, a EA pode também ser analisada como uma prática cultural necessária, segundo Escobar (2012, p.190), para transformar espaços urbanos – em espaço de aprendizagem e de socialização, considerando para tanto uma cultura de cidadania e a identificação de condições necessárias para que os comportamentos se mantenham firmes com o passar do tempo.

Os estudos sobre parques urbanos e áreas verdes evidenciam a centralidade de objetos de pesquisa nos temas relacionados à preservação e conservação destes ambientes – sob a perspectiva de estudos de fauna e flora, ou ainda sobre o perfil e percepção ambiental dos usuários dessas áreas, como evidenciadas nos trabalhos de Dorigo e Lamano-Ferreira (2015). Na revisão da literatura condicionada ao tema, em levantamento nas últimas edições do *The Oxford Handbook of Environmental and Conservation Psychology* não foram registrados estudos, nos quais, os valores, o comportamento ecológico e a educação ambiental estivessem associados a usuários de unidades de conservação; assim como também não foram descritos no banco de dados PsycINFO, *American Psychological Association*, pesquisas com a mesma convergência epistemológica.

Assim, levando em consideração a estrutura da relação de valores com interferência sobre o comportamento ecológico das pessoas, o presente estudo multimétodos tem por objetivo identificar os valores e a manifestação do comportamento ecológico dos usuários de um parque ambiental urbano, localizado na Asa Norte, em Brasília – Distrito Federal, na perspectiva de articular a Educação Ambiental como elemento mediador de práticas de proteção e conservação dos recursos naturais, do Parque Ecológico Olhos d'Água.

CONSTRUÇÃO TEÓRICA DOS VALORES PESSOAIS

A expressão “valor” nos remete às várias distinções conceituais. Não sem razão, uma vez que, a ubiquidade relativa ao termo permeia diferentes áreas do conhecimento. Por quantas vezes nos deparamos com os valores testemunhando nossas reflexões ou expressando a eleição de nossas escolhas pessoais?

Essas relações se fazem porque são frutos do nosso processo histórico, pois, a expressão “valor” dialoga com as mais diversas teorias transculturais. Por essa razão, dada à permeabilidade proporcionada pelas diferentes acepções dessa palavra, adotou-se para este estudo a “Teoria de Valores” de Schwartz (2005; 2012), que define a natureza dos valores e de seus conteúdos.

Para Tamayo (2005, p.161) os valores pessoais são representações cognitivas, estabelecidos necessariamente como uma preferência, uma meta que, segundo o autor, pode ser entendida como sendo uma “distinção entre o que é importante para o

indivíduo e o que é secundário, entre o que tem valor e o que não tem valor”. Na perspectiva de Pato (2011), os valores podem ser compreendidos por meio de uma orientação preferencial que se apresenta de forma desejada, se a considerarmos em relação a objetos, pessoas, ou, até mesmo, situações.

Corraliza e Martin (2000, p.34) descrevem que os valores pessoais sobre o mundo, e a própria prática, permitem identificar os grupos sociais os quais pertencem, bem como defini-los em razão aos diferentes estilos de vida que os caracterizam. De um modo geral, os autores complementam que os valores descrevem uma relação compatível com os estilos de vida, ou seja, dependendo do estilo de vida das pessoas, elas poderão ser mais ou menos ecológicas.

Considerando esses aspectos, para compreender melhor essa orientação valorativa, a Teoria de Valores, descrita por Schwartz (1992; 2005; 2012), propõe uma estrutura de caráter universal que favorece o entendimento sobre as relações de compatibilidade e conflito entre tipos motivacionais.

Teoria de Valores de Schwartz

Segundo Schwartz (2005, p. 22) os valores podem ser caracterizados como: (1) crenças estão ligadas à emoção (2) construto motivacional, pois, se referem a objetivos desejáveis que as pessoas se esforçam por obter; (3) transcendem situações e ações específicas - são considerados como sendo objetivos abstratos; (4) guiam a seleção e avaliação de ações, políticas, pessoas e eventos - isto é, os valores servem como padrões ou critérios; e (5) são ordenados pela importância relativa aos demais, ou seja, os valores das pessoas formam um sistema ordenado de prioridades axiológicas, que as caracterizam como indivíduos.

A partir dessa definição, Schwartz (1992) propõe uma estrutura universal sustentada na teoria de que as características listadas são de todos os valores, no entanto, o que os diferenciam é a motivação ou objetivo que o valor expressa. Os estudos iniciais apresentados pelo autor definiam a existência de dez tipos motivacionais, posto que, recentemente, o refinamento da teoria propõe outra divisão, contendo 19 tipos motivacionais: Autodireção de pensamento e de ação; Estimulação; Hedonismo; Realização; Poder de Domínio, e sobre Recursos; Segurança Pessoal, e Social; Tradição; Conformidade com Regras, e Interpessoal; Benevolência Dependência, Cuidado, e Compromisso; Universalismo Natureza, e Tolerância; Face; e Humildade

que indicam valores mais discretos, com maior heurística e poder preditivo Schwartz, et al. (2012); Torres, *et al.* (no prelo), conforme ilustra a Figura 1.

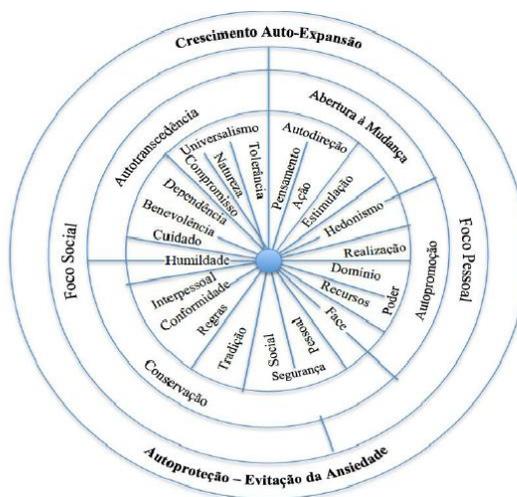


Figura 1. Círculo motivacional de acordo com a teoria de valores básicos refinada, adaptada de Schwartz et al., 2012; Torres et al.; no prelo.

Na compreensão de Schwartz (2012), a estrutura do círculo motivacional apresentado dispõe o padrão total de relações teóricas de conflito, e congruência entre tipos motivacionais. Para o autor, quanto mais próximos estiverem dois valores, em qualquer uma das direções, ao redor do círculo, mais semelhantes serão suas motivações subjacentes; em contraposição, quanto mais distante, mais antagônicos entre si. Segundo Torres *et al.* (no prelo), “a teoria refinada compartilha com a teoria original o fato de os 19 valores mais estreitamente definidos abrangerem o mesmo contínuo motivacional proposto pelos 10 valores originais”. Ainda, de acordo com Torres, o contínuo de valores pode ser compreendido da seguinte maneira:

O círculo mais externo agrupa os valores em dois grandes grupos: aqueles relacionados a lidar com a ansiedade e proteção do *self* (parte inferior) e os que têm seu foco relacionado ao autodesenvolvimento e são relativamente livres de ansiedade (metade superior). O círculo seguinte distingue entre os valores voltados a resultados para a própria pessoa (à esquerda) e os voltados a resultados para outras pessoas ou instituições (à direita). O próximo círculo indica os quatro tipos motivacionais de segunda ordem, já descritos na teoria original, que captam as duas dimensões bipolares de incompatibilidade motivacional entre os valores (TORRES *et al.*; no prelo).

Assim, fundamentado na teoria, é possível descrever que a dimensão que contrasta abertura à mudança e conservação, “captura o conflito entre a ênfase no pensamento e ações independentes do indivíduo que favorecem a mudança”; a segunda

dimensão descrita pela oposição entre autopromoção e autotranscendência, “captura o conflito entre a ênfase na aceitação dos outros como iguais e a preocupação com o seu bem-estar e a busca pelo seu próprio sucesso relativo e domínio dos outros” (SCHWARTZ, 2005, p.29).

A teoria descrita, nos permite, portanto, condensar a dimensão da bipolaridade entre tipos motivacionais – os quais, configuram no âmbito desta pesquisa, objeto da discussão. A orientação valorativa autotranscendência/autopromoção, por exemplo, possibilita refletir o espaço da bidimensionalidade, no padrão da estrutura circular, possibilitando identificar se os valores eleitos podem predizer um comportamento ecológico.

A crise ambiental e a emergência do comportamento ecológico

Leff (2006, p.133) ao se referir à crise ambiental, a reconhece como uma crise que veio para questionar os fundamentos ideológicos e teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, “negando a natureza e a cultura, deslocando a relação entre o Real e o Simbólico.”

Na perspectiva de Grün (2005, p.45), o “problema ecológico não é somente um problema técnico, mas é também um problema ético”. A relação descrita pelo autor enfatiza o fundamento da crise ambiental alicerçado no antropocentrismo. Essa concepção se firmou como “um postura que apregoa o ser humano como centro de tudo”, e cuja “separação entre sujeito – objeto; natureza – cultura é apontada como um dos propulsores da crise ecológica”.

Makiuchi (2011, p. 85) corrobora a percepção de Grün, ao descrever a crise como fator ético, que se abrevia na relação que os homens estabelecem entre si e com o mundo, “onde a ideia de que tudo pode tornar-se recurso tem sustentação na instrumentalização da razão, na operacionalização dos lucros e na atomização dos indivíduos”.

Na perspectiva de Unger (2000, p.15), a crise é o retrato de uma sociedade em pedaços, de uma civilização que dissocia o corpo e o espírito, a luz e o mistério, o ser humano e o Cosmos. Simbolicamente, essa referência acolhe a reflexão das relações sociais e da dissociação do caráter atribuído à relação humano – natureza.

A crise afeta os aspectos da vida, e nos impulsiona à compreensão de uma nova realidade – complexa na sua essência, e necessária, frente às novas possibilidades de fluidez – significada na religação do humano consciente da sua dependência pela natureza. De igual maneira, essa mesma crise nos fez emergir para um processo de ressignificação – embora com as marcas de uma história que não se apaga. O momento, no qual vivemos, incita o humano à busca, não a declaração de conflito entre racionalidade econômica e ordem ecológica, mas, pela evidência da superação de uma realidade sustentável. É, portanto, nesse contexto, tanto os valores quanto o comportamento ecológico tornam-se tão essenciais – pois, o homem se dará à oportunidade de pensar o que quer e onde chegar.

Consequentemente, o comportamento ecológico, engendrado pela crise ambiental e pela necessidade de incluir novos critérios normativos para valorização da natureza, representa um construto, emergente e colaborativo para se alcançar o sentido da sustentabilidade, pois, se transfere de um valor pessoal para encontrar uma grandeza maior – o caráter coletivo.

Comportamento Ecológico

Corral-Verdugo (2006, p.111) define comportamento pró-ecológico como sendo “uma conduta efetiva, antecipada e dirigida à preservação do ambiente ou a minimização da degradação.” Destaca o autor, ser essa uma classe de ações “prioritárias para garantir a sobrevivência da espécie e alcançar um nível de vida digno para os seres humanos”.

Na perspectiva de Pato (2004, p. 29), o comportamento ecológico pode ser entendido como uma “preocupação com o meio ambiente que reflete a utilização dos recursos de maneira sustentável”. Além disso, considera a autora que, subjacentes a este comportamento, é possível considerar dois importantes aspectos, quais sejam, a ética e as motivações – que se afirmam em seu conjunto pelo agir, em defesa do ambiente baseados em princípios de sustentabilidade e no reconhecimento entre relações humanas e a sustentabilidade ambiental.

Ao evidenciar estes pressupostos, considera-se o comportamento ecológico sob a perspectiva de sua complexidade. Significa que, além de seu impacto sobre o ambiente, e de convencimento das pessoas sobre o contexto de uma crise ambiental, estabelece

uma ética ambiental, que permeia a forma de conhecer a realidade, portar-se diante dela e fazer-lhes frente.

Esta preocupação ambiental pode ser considerada como um fator determinante e indireto de comportamentos ambientais; assim os aspectos relacionados a essa conduta evidenciam “motivações que levam o indivíduo a agir em defesa do meio ambiente ou de maneira não prejudicial a ele” (PATO, 2011, p.126).

Educação Ambiental e a formação de Sujeitos Ecológicos

A Educação Ambiental, no contexto dessa pesquisa, está atrelada à compreensão da dimensão dos valores e do comportamento dos usuários do parque, como meio para favorecer a construção de condutas ecológicas, pautadas na realidade de seus usuários, em prol da conservação do Parque Ecológico Olhos d'Água.

Nesse sentido, equivale recorrer aos preceitos de Carvalho (2008), para sustentar o ideal ecológico dos usuários, como uma forma de contribuir para adoção de condutas que favoreçam os cuidados com essa unidade de conservação. Ainda na concepção de Carvalho³ ao destacar o ideal ecológico, o indivíduo estaria reproduzindo a utopia pessoal e social, norteadoras das decisões e estilos de vida dos que assim adotam, em alguma medida, a orientação ecológica em suas vidas.

Ao considerarmos o ideal ecológico e associá-lo aos valores – recorreremos à dimensão da autotranscendência Schwartz (2005); Pato (2011), que reflete a preocupação com o ambiente, com a intenção de compreender o compromisso dos usuários em relação ao Parque Ecológico Olhos d'Água. Essa possibilidade de estudo fundamenta o desenvolvimento de ações de Educação Ambiental, na qual é possível direcionar o foco das atividades pautadas nas motivações dos usuários dessa unidade de conservação. Nesse contexto, a Educação Ambiental surge como uma possibilidade para lidar com as questões ambientais a partir das práticas das atividades esportivas, de lazer, de contemplação ou ainda a partir das vivências/experiências dos alunos promovidas por escolas adjacentes que adotam o parque como objeto de estudo.

Para Carvalho (2008), ao considerar o ambiente natural como um bem em si, a Educação Ambiental traz de certa forma a relação com os seres não humanos para o contexto educativo, revelando a necessidade de uma ética capaz de estabelecer uma

³ Ibid., p.31

atitude de respeito e prudência, na adoção de medidas preventivas que visam extinguir e minimizar os danos causados ao meio ambiente. Nas premissas de Carvalho (2003, p.29), a EA se constituiria necessariamente “engajada na disputa pelo poder simbólico de nomear, interpretar e atribuir sentido ao que poderiam ser relações desejáveis entre sociedade e meio ambiente”.

Pinheiro e Elali (2011) descrevem que os humanos são “seres espaciais” – usam o espaço para se relacionarem uns com os outros e também para estabelecer relações específicas com o ambiente – de forma consciente ou não a inter-relação do homem no espaço reflete, entre outras, a “natureza da interação social”. Nesse cenário, ao considerar a Educação Ambiental como mediadora dessa interação, é possível aproximar os lugares que abrigam o sujeito, por ser a natureza um espaço propício para valorar as suas intenções e condutas ecológicas.

Isso posto, merece destaque essa concepção dos autores, por considerarem o “valor” como construto preditivo e balizador do comportamento ecológico, que enriquece o processo da educação ambiental. Os sujeitos que têm como motivação os valores ecológicos, por exemplo, encontram-se mais favoráveis às condutas positivas em relação ao meio ambiente, e motivados pelo desejo de proteção ao parque, o que, conseqüentemente, acabam incorporando o interesse de coparticipação, cada vez mais efetiva, para manutenção dessas áreas, não apenas para próprios, mas, sobretudo pela causa coletiva.

Parques Urbanos e o Distrito Federal

Ao introduzir a cultura dos parques, como espaços especialmente protegidos no cotidiano urbano, Macedo e Sakata (2010) entendem ser esse, o caminho para caracterizar os parques como elemento típico da cidade moderna e em constante processo de ressignificação da ação humana com a natureza. Além disso, trata-se em enfatizar que a diversidade das funções atribuídas aos parques os torna objetos de atendimento das necessidades da vida moderna, por agregar qualidade de vida e lazer.

Peres e Barbosa (2011, p.201) referem-se aos parques urbanos como elementos que proporcionam “a apropriação mais completa de uma paisagem que se oferece alcançar pela fruição direta e plena, que inspira a ideia para além da simples visão”. Para os autores os parques são a “própria paisagem com ideia de mundo, um espaço de acolhimento do Homem na sua condição singular e individual”.

No Distrito Federal, a política de implantação de parques é considerada recente, com elevação do número de áreas marcadas notadamente na década de 1990. Para Leal e Ganem (2002) os parques foram criados de forma desordenada, sem estudos prévios que garantissem a adequada implantação.

Atualmente, com a instituição do Sistema Distrital de Unidades de Conservação da Natureza, os parques passaram a integrar as unidades de proteção na categoria de uso sustentável. O objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Parque Ecológico Olhos d'Água

O Parque Ecológico Olhos d'Água foi instituído pela Lei nº 556, de 1993, publicada no Diário Oficial da União, em 08 de dezembro do mesmo ano e regulamentado por meio do Decreto nº 15.900, publicado em 12 de setembro de 1994, com a denominação de Parque Ecológico e de Uso Múltiplo Olhos d'Água. O Parque está inserido no Plano Piloto de Brasília e compreende a área das entrequadras 413/414 e SCLN 414/415. As coordenadas, no entanto, foram definidas no Decreto de criação e ampliadas, em março de 2012, quando da incorporação da área verde contígua ao parque localizada nas entrequadras 213/214 norte; ação motivada pela manifestação pública de moradores do entorno e comunidade escolar que se organizaram em defesa do parque em contraposição a construção de um empreendimento comercial no local.

Sendo assim, a exploração desse estudo multimétodos fundamentada nas referências descritas, visa compreender os valores pessoais e o comportamento ecológico dos usuários do Parque Ecológico Olhos d'Água. Com isso, espera-se contribuir para ações de educação ambiental realizadas no âmbito do parque e subsidiar estudos futuros em outras unidades de conservação, tanto no Distrito Federal bem como em outras localidades.

MÉTODO

Este estudo foi realizado no Parque Ecológico Olhos d'Água, localizado na área urbana do Plano Piloto de Brasília, no Distrito Federal. A abordagem multimétodos utilizada se sustenta pela própria natureza da pesquisa, que gera diferentes possibilidades sobre o objeto estudado. Assume, simultaneamente, um caráter

quantitativo e um caráter exploratório, ao investigar o comportamento ecológico e buscar compreender valores de usuários dessa unidade de conservação.

Amostra

Participaram do estudo 137 usuários e frequentadores do Parque Olhos D'Água – DF com idade entre 18 e 69 anos (70 mulheres; 67 homens), sendo 35% com idade entre 31 e 40 anos, dos quais 39% com curso superior completo e 28,47% com pós-graduação. Destes, a maioria não residente nas imediações do parque e apenas 2 vinculados a ONGs ambientalistas. Os visitantes/usuários foram abordados no Parque e convidados a participar da pesquisa, voluntários e recebendo a garantia de sigilo e anonimato.

Instrumentos

Para obter as dimensões do comportamento ecológico foi adotada a *Escala de Comportamento Ecológico* (ECE) validada por Pato (2004) e adaptada para o contexto desta pesquisa. A ECE descreve 34 variáveis. No entanto, em razão da dinâmica do ambiente pesquisado optou-se por redimensioná-la para 13 variáveis – considerando para tanto, as cargas fatoriais mais significativas do modelo descrito.

Para a representação dos valores pessoais, a estratégia adotada foi uma pergunta aberta para eleição dos valores; essa opção foi adotada como forma de hierarquização dos valores pessoais e, ademais, alicerçada na Teoria de Valores de Schwartz (2005; 2012), que mede valores indiretamente por meio dos objetivos, aspirações e desejos que as pessoas expressam.

Ao final do questionário, foram incluídas variáveis sociodemográficas dos usuários do Parque – escolaridade; sexo; idade; morador da quadra com proximidade ao parque, e por fim, a indagação sobre o interesse ou não pelo ativismo ambiental: a intenção era conhecer o perfil de cada um dos usuários do parque, como também identificar aqueles que participavam, ou não como membros de organizações ambientalistas.

Procedimentos

Durante duas semanas foram realizadas observações na unidade de conservação, em horários variados, com o objetivo de definir aspectos quanto à frequência dos

usuários; quais as atividades realizadas no espaço, bem como a melhor estratégia para aplicação do instrumento de estudo. Uma primeira versão – considerada como pré-teste, foi levada a campo para estimar o tempo necessário para preenchimento do *survey*.

Os pontos de visitação – gramado para meditação/piquenique, circuito de atividades para exercício físico e parque infantil foram os locais eleitos para abordagem dos usuários. Esses pontos de parada são os mais frequentes, por apresentarem melhor espaço para acomodar os participantes para subsidiar o preenchimento do questionário. A suficiência amostral foi determinada em razão da Escala de Comportamento Ecológico (ECE) e totalizou 137 questionários. Os participantes não foram identificados e os questionários foram auto-administrados e preenchidos de forma voluntária.

Análises dos dados

Os dados obtidos foram analisados a partir do software *Statistical Package for Social Sciendes*, versão 20 e registrados numa matriz correspondente à mesma ordem estabelecida nas variáveis aplicadas no *survey*. Para a investigação da dimensionalidade do comportamento ecológico na realidade estudada foi realizada uma análise fatorial exploratória, utilizando-se o método *principal fator extraction* (PAF) sobre as 13 variáveis da ECE utilizadas nesse estudo.

Algumas variáveis que descreviam comportamentos antiecológicos foram recodificadas para que a escala ficasse com todos os itens na mesma direção. Assim, os valores numéricos mais altos indicavam sempre comportamentos pró-ecológicos. A extração dos componentes principais (PC) foi usada antes da extração dos fatores (PAF) para estimar o número de fatores, a presença de casos extremos, os valores ausentes, a ausência de multicolinearidade, bem como a fatorabilidade das matrizes de correlação, conforme recomenda os autores Tabachnick e Fidell (2001). Os índices foram satisfatórios e de acordo com os pressupostos para as análises multivariadas. Os valores ausentes foram inferiores a 5% e foram substituídos pela média em cada variável. O menor *eigenvalue* foi 0,223 – não perigosamente perto de zero, o índice KMO – *Kaiser-Meyer-Olkin*, para a escala, foi de 0,77 e o teste de esfericidade de Bartlett teve significância de $p = 0,000$ ($X^2 = 571,438$; $gl = 78$), indicando que a amostra foi satisfatória e adequada ao presente estudo. Análises de correlação bivariada foram realizadas entre as variáveis sociodemográficas e o fator de comportamento ecológico, com o objetivo de investigar as relações existentes entre essas variáveis.

Para classificação dos valores pessoais foi adotada a categorização das respostas. As categorias encontradas foram correlacionadas aos tipos motivacionais expressos na Teoria de Valores de Schwartz. Ademais, os valores encontrados permitiram analisar o padrão das relações teóricas de conflito e congruência entre os tipos motivacionais descritos.

RESULTADOS

Do Comportamento Ecológico

A Escala de Comportamento Ecológico Pato (2006) não manteve a mesma estrutura fatorial da escala originalmente validada. Das 13 variáveis originais, 12 tiveram cargas fatoriais no fator, que foi chamado de comportamento ecológico. Com base no gráfico *screeplot* e nos *eigenvalues* acima de um, um fator foi extraído. Para a inclusão de uma variável na interpretação do fator, utilizou-se um ponto de corte de 0,30. Entretanto, para melhorar o nível de confiabilidade da escala, após a análise do α de Cronbach um item foi retirado. Desse modo, a escala unifatorial ficou com 11 itens. A média do fator foi de 3,03 (DP = 0,47). A Tabela 1 apresenta a solução fatorial com o fator de comportamento ecológico (com 35% de variância explicada), as cargas das variáveis no fator, comunalidades e percentual de variância e covariância. As variáveis estão ordenadas por tamanho da carga, para facilitar a interpretação.

Tabela 1 – Cargas fatoriais, comunalidades (h^2) e percentual de variância do fator principal com extração sobre os itens da Escala de Comportamento Ecológico – ECE.

Item da escala	F1	h^2
Falo sobre a importância do meio ambiente com as pessoas	0,71	0,60
Participo de manifestações públicas para defender o meio ambiente	0,70	0,67
Faço trabalho voluntário para um grupo ambiental	0,61	0,49
Quando estou tomando banho fecho a torneira para me ensaboar	0,60	0,81
Mobilizo as pessoas nos cuidados necessários para a conservação dos espaços públicos	0,58	0,70
Participo de atividades que cuidam do Parque Olhos D'Água	0,56	0,40
Evito desperdício dos recursos naturais	0,52	0,61
Economizo água quando possível	0,51	0,49
Compro comida sem me preocupar se tem conservantes ou agrotóxico (recodificado)	0,49	0,67
Evito comer alimentos que contenham produtos químicos (conservantes ou agrotóxicos)	0,44	0,63
Evito usar produtos fabricados por uma empresa quando sei que essa empresa está poluindo o meio ambiente	0,35	0,67

Autovalor (<i>Eigenvalue</i>)	4,47
Percentual de variância explicada	35%
Alpha de Cronbach (α)	0,71
Nome do Fator: F1 – Comportamento Ecológico	

O comportamento ecológico foi caracterizado por variáveis que apresentaram ações relacionadas ao ativismo ambiental, por meio de participação ativa que envolve outras pessoas, ao uso responsável da água e demais recursos naturais, bem como no consumo de produtos não prejudiciais ao meio ambiente.

Análises de correlação bivariada entre o fator de comportamento ecológico e as variáveis sociodemográficas, como demonstrada na Figura 2, indicaram que a idade ($r = 0,30$) e o pertencimento a uma ONG ambientalista ($r = - 0,18$) foram significativamente correlacionadas com o comportamento ecológico.

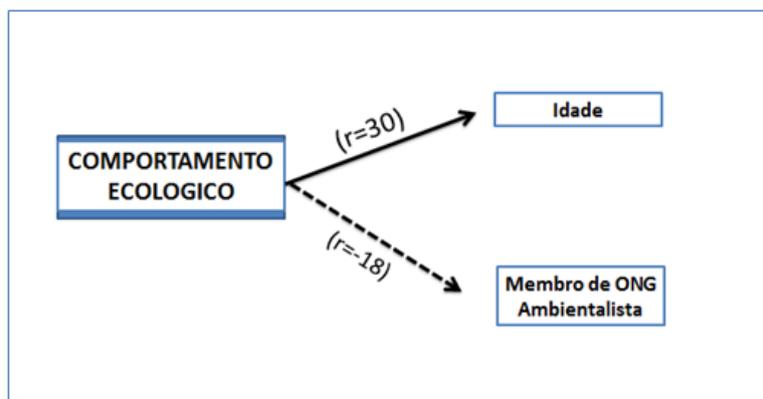


Figura 2. Representação da correlação bivariada entre o fator comportamento ecológico e a variável idade e pertencimento a ONG ambientalista.

Esses resultados acima revelam que pessoas com mais idade, maior comprometimento ecológico ela é capaz de manifestar. Semelhante situação ocorre quando o sujeito pertence a alguma ONG ambientalista, porquanto, ao estar atuando nesse campo de trabalho, também indica maior manifestação de comportamento ecológico, conforme aponta a amostra estudada.

Dos valores pessoais

A porcentagem da amostra distribuída, em razão da estrutura de valores postulada por Schwartz (2005; 2012), evidencia uma maior concentração dos valores de

benevolência (42,3%) e universalismo (7,3%), em contraposição a valores de poder (3,7%) e realização (5,8%). Estes resultados revelam, na amostra estudada, que, de modo geral, as pessoas que apresentam comportamento ecológico têm maior preocupação com o bem-estar dos mais próximos e de outros sugerindo uma transcendência de interesses individuais em favor de valores mais coletivos, expressos em relações positivas e cooperativas na família, caracterizando os usuários com valores mais predominantes na dimensão da autotranscendência (SCHWARTZ, 2005, p. 67).

Os tipos motivacionais com características de “valores de conservação” apresentaram uma concentração nos valores de tradição (17,5%), segurança (13,1%) e conformidade (1,5%), que se opõem aos Valores de Abertura à Mudança: estimulação (5,8%), autodeterminação (1,5%) e hedonismo (1,5%). Para Tamayo (2005, p.174), o tipo motivacional tradição procura a “aceitação dos costumes, das normas, da estrutura e das ideias existentes na cultura tradicional”. Trata-se, portanto, de uma motivação que guia a pessoa a procurar a conservação do *status quo*. Nesse contexto, destaca-se que, as diferenças motivacionais são contínuas, e não intermitentes Schwartz (2005, p. 35), e que os valores salientados na amostra, com destaque a dimensão da autotranscendência são subjacentes à dimensão da conservação, ou seja, compartilham metas, e são compatíveis entre si.

DISCUSSÃO

Os usuários do Parque Ecológico Olhos d'Água revelaram uma organização motivacional que exhibe certa predominância de valores mais centrados nas dimensões da autotranscendência e da conservação, em contraposição a abertura à mudança e a autopromoção. Ao formar o *continuum* de motivações, os valores evidenciaram expectativas mais abstratas e absolutas, nas quais a consciência pelo bem estar do outro salienta a prioridade dessa amostra.

Estes resultados possibilitam caracterizar os valores pessoais em consonância com a Teoria de Valores Humanos, postulada por Schwartz (2005; 2012). Os valores que apresentaram percentuais mais representativos (família e amor) manifestam-se como uma devoção ao grupo primário, e convergem com os objetivos motivacionais que guardam relação cooperativa. À luz do referencial teórico, evidenciamos uma preocupação voluntária com o bem-estar do outro. Além disso, estes valores expõem o

senso de pertencimento e a consciência de dar maior sentido à vida, que confirmam na literatura a cultura coletivista dos brasileiros.

Foi possível observar, que os valores identificados nos usuários do parque estão mais centrados naqueles de benevolência (42,3%), que simbolizam a preocupação voluntária com o bem-estar dos mais próximos. Em seguida, os valores de tradição (17,5%) evidenciam a motivação para manutenção dos costumes e a conservação do *status quo*. Pode-se compreender, portanto, que, para esses sujeitos, o parque é um lugar seguro para compartilhar o lazer e o bem-estar com a família, vizinhos e amigos.

Embora o universalismo (valores que refletem a preocupação com o bem-estar dos outros, indistintamente, e com a natureza) esteja adjacente à benevolência e apresente semelhanças na dimensão destacada de Autotranscedência, os valores ecológicos, considerados para esse tipo motivacional, tendem a certa posição periférica em relação às prioridades da amostra estudada.

Isso se reflete no estabelecimento das relações dos sujeitos com o Parque. Embora reconheçam valores intrínsecos à natureza, essas pessoas demonstram comportamentos ecológicos com percentuais pouco significativos para a participação em manifestações públicas em defesa do Parque, e de outras causas em prol do meio ambiente.

Ademais, os resultados obtidos entre os valores pessoais e o comportamento ecológico dos usuários do Parque mostraram-se de forma convergente, ao considerar situações específicas como: ações relacionadas ao uso responsável da água e demais recursos naturais, bem como ao consumo de produtos não prejudiciais ao meio ambiente.

De igual maneira, ao considerar o fator idade com os valores e o comportamento ecológico, constata-se, como nos estudos anteriormente realizados por Schwartz (2005), que a idade se correlaciona positivamente com a preocupação com o ambiente. De acordo com a literatura pertinente, significa dizer que, quanto mais idade o sujeito tiver, maior será a sua preocupação com as questões ambientais.

No que tange ao comportamento, os resultados apresentam condutas específicas ao cuidado com a água e ao consumo sustentável. Essa discussão nos faz inferir que, embora o comportamento ecológico evidencie uma dimensão ética, fundamentalmente importante, haverá certa necessidade emergente de incentivar ensinamentos capazes de

motivar a participação e a ação coletiva sustentada por atores sociais que compartilham ideais ecológicos e interesses sociais.

Nesse sentido, a Educação Ambiental cumpre seu principal papel a longo prazo, pois, a educação, à luz da perspectiva de sustentabilidade, sem ceder aos modismos mais conservadores, incentivará a construção de valores ecológicos antecipando, assim, o compromisso responsável com aqueles que não passaram daquela faixa de idade representada pelo maior interesse consumista.

Dessa forma, como desdobramento dessa pesquisa, há que se reconhecer que a Educação Ambiental estabelece importante papel no contexto do ensino nas escolas, e na perspectiva transdisciplinar de proposta pedagógica, ou ainda, no órgão ambiental, que esteja vinculado na gestão da unidade de conservação.

Ademais, do ponto de vista dos gestores, educadores e usuários que partilham da responsabilidade da conservação desse ambiente, os resultados sinalizam que a predisposição desses atores à benevolência (valores, que na perspectiva teórica, priorizam o interesse no mais próximo) pode ser um fator determinante a ser considerado, uma vez que, a sensibilidade pelo seu próximo pode ser ampliada numa perspectiva de reconhecer o parque como bem em si, a ser conservado, como parte integrante do ambiente urbano em sua completude.

Portanto, em razão do estudo ter sido pautado por questões abertas para eleição dos valores, há que se considerar a realização de novas pesquisas que confirmem as prioridades estabelecidas pelos usuários, bem como a amostragem superior à estabelecida para a coleta de dados.

Nesse sentido, é interessante sugerir estudos futuros para investigar a relação afetiva com os ambientes naturais, para compreender, de forma mais aprimorada, a dimensão do pertencimento do sujeito pelos parques em centros urbanos, o que poderá contribuir para a conservação de ambientes naturais. Assim estabelecido, a contribuição de Corraliza (2000, p.76) poderá dar maior enfoque na análise do significado do ambiente, por meio da classificação de dimensões afetivas, que buscam contribuir para a compreensão da representatividade de conteúdos simbólicos depositados no ambiente.

REFERÊNCIAS

BARGOS, C.; MATIAS, L.F. Áreas Verdes Urbanas: Um estudo de revisão e proposta conceitual. Soc. Bras. de Arborização Urbana. **REVSBAU**, Piracicaba – SP, v.6, n.3, p.172-188, 2011.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, DF, 1981.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2000.

CARDOSO, S. L. C., VASCONCELOS SOBRINHO, M.; VASCONCELOS, A. M. de A. Gestão ambiental de parques urbanos: o caso do Parque Ecológico do Município de Belém Gunnar Vingren. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 7(1), 74-90. 2015

CARVALHO, I. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CARVALHO, I. Os sentidos do ambiental: uma contribuição hermenêutica para a pedagogia da complexidade. In: LEFF, E. (Org.). **A complexidade ambiental**. Cortez Editora, São Paulo, 2003.

CORRALIZA, J. A. & Martín, R. **Estilos de vida, actitudes y comportamientos ambientales. Medio Ambiente y Comportamiento Humano**, 1 (1), p.31-56, 2000.

CORRAL, V. Contribuciones del análisis de la conducta a la investigación del comportamiento pro-ecológico. **Revista Mexicana de Análisis de la Conducta**, México, v.32, n. 002, p. 111-128, 2006.

CORRAL-VERDUGO, V. E PINHEIRO, J. Q. Condições para o estudo do comportamento pró-ambiental. **Estudos de Psicologia**, p. 7-22, 1999.

DORIGO, T. A.; LAMANO-FERREIRA, A.P.N. Contribuições da Percepção Ambiental de Freqüentadores Sobre Praças e Parques no Brasil (2009-2013): Revisão Bibliográfica. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**. v. 4, n. 3, 2015.

Disponível em:<
<http://www.revistageas.org.br/ojs/index.php/geas/article/view/138/pdf>>.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 15.900, de 12 de setembro de 1994. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF, setembro de 1994.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 556, de 07 de outubro de 1993. Dispõe sobre a criação do Parque Ecológico Olhos D'Água. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF, 08 de outubro, de 1993.

ESCOBAR, M. S. Comportamiento sustentable y educación ambiental: una visión desde las prácticas culturales. **Revista Latinoamericana de Psicología**, v. 44, n.1 p. 181-196, 2012.

GRUN, M. O conceito de holismo em ética ambiental e em educação ambiental. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel Cristina. **Educação ambiental: Pesquisa e Desafios**. Porto Alegre: Artmed, p.45-50, 2005.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Ed. Record, 2006, 555 p.

MACEDO, S.S. & SAKATA, F.G. **Parques Urbanos no Brasil**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2010. 208 p.

MAKIUCHI, M.F.R. **Alteridade e Educação Ambiental**. Pesquisa em Educação Ambiental, vol. 6, n. 1 – pp. 85-99, 2011. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br>> Acesso maio de 2012.

PATO, C. M. L. CAMPOS, Camila Bolzan de. **Comportamento Ecológico. In: Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Sylvia Cavalcante, Gleice A. Elali (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. **Comportamento Ecológico: Relações com valores pessoais e crenças ambientais**. Brasília, 2004. 144 f. Tese (doutorado em Psicologia) – Universidade de Brasília; 2004.

PATO, C.; TAMAYO, A. A escala de comportamento ecológico: desenvolvimento e validação de um instrumento de medida. **Estudo de Psicologia**, n. 11, p.289-296, 2006.

PERES, M. L. C.; BARBOSA, Y.M. **O imaginário na reprodução da natureza no espaço urbano: Parque Vaca Brava e Flamboyant.** Contemporânea. ed.14, vol. 8, 2011. Disponível em: <<http://www.contemporanea.uerj.br/pdf>>. Acesso em: março de 2012.

PINHEIRO, J.Q.; ELALI, G.A. Compromisso pró ecológico. *Comportamento Ecológico. In: Temas básicos em Psicologia Ambiental.* Sylvia Cavalcante, Gleice A. Elali (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, p.159-171, 2011.

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 369/2006.** Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP. Brasília, 2006.

SANTUCCI, J. **As promenades do Rio de Janeiro: o papel do Passeio Público, Praça Paris e Parque do Flamengo na história da paisagem carioca.** Rio de Janeiro, 2003. 175 f. Dissertação (mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

SCHWARTZ, S.H. Valores humanos básicos: seu contexto e estrutura intercultural. In: **Valores e comportamento nas organizações.** Álvaro Tamayo e Juliana Barreiros Porto (orgs.). Ed. Vozes, Petrópolis, 2005.

SCHWARTZ, S.H., et al. Refining the theory of basic individual values. **Journal of Personality and Social Psychology**, 103(4), 663-688, 2012.

TABACHNICK, B.G. & FIDELL, L.S. **Using Multivariate Statistics.** 4 ed. Boston: Allyn and Bacon, 2001.

TAMAYO, A. Valores humanos básicos: seu contexto e estrutura intercultural. In: **Valores e comportamento nas organizações.** Álvaro Tamayo e Juliana Barreiros Porto (orgs.). Ed. Vozes, Petrópolis 2005. TORRES, C.V.; SCHWARTZ, S. H. & NASCIMENTO, T. G. A Teoria de Valores Refinada: associações com comportamentos e evidências de validade discriminante e preditiva. **Revista de Psicologia USP.** No prelo.

UNGER, N.M. **O encatamento do humano: ecologia e espiritualidade**. São Paulo: Ed. Loyola, 2000, p. 94.

VIANNA, H. M. **Pesquisa em educação: a observação**. Brasília: Plano Editora, 2003.

VIEIRA, P.B. H. **Uma versão geográfica das áreas verdes de Florianópolis, SC**. Estudo de Caso do Parque Ecológico do Córrego Grande. Trabalho de Conclusão de Curso. UFSC. Florianópolis, SC, 2004.